



Porto Alegre, 22 de março de 2021.

Orientação Técnica IGAM nº 7.424/2021.

I. O Poder Legislativo do Município de Itaqui solicita análise do Projeto de Lei nº 4/2021, que “Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências.”, de iniciativa do Poder Executivo.

II. Pertinente à proposição quanto à iniciativa do Poder Executivo. No mérito, igualmente, não apresenta nenhum óbice à sua apreciação, por estar adequada à Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamentou o novo Fundeb, no que respeita à estruturação do mencionado Conselho. Salienta-se que o art. 34, da Lei nº 14.113/2020¹, estabelece quais são os integrantes do conselho, sendo necessário verificar se foram indicados todos os segmentos existentes no município para sua composição nos termos da referida norma.

III. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade do projeto de lei por não apresentar vícios formais nem materiais, sugerindo-se que este Poder Legislativo verifique se foram indicados todos os segmentos existentes no município para sua composição nos

¹ Art. 34. Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no respectivo âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

IV - 1 (um) representante das escolas indígenas;

V - 1 (um) representante das escolas do campo;

VI - 1 (um) representante das escolas quilombolas.





termos do art. 34, da Lei nº 14.113/2020.

O IGAM permanece à disposição.

MARGERE ROSA DE OLIVEIRA

OAB/RS 25.006

Consultora Jurídica do IGAM

